DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NO ÂMBITO DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR ESTADUAIS

Antônio de Macêdo Mota Júnior – Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
antoniomacedojr@gmail.com

Amanda Marinho Bogéa – Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
amandaamarinho9@gmail.com

Introdução

A universidade pública é uma instituição materializadora de possibilidades de transformação social e de desenvolvimento local e regional, que tem enfrentado diversos desafios contemporâneos e processos de crises, consequência direta do baixo nível de priorização das políticas sociais. Um desses desafios diz respeito à democratização do acesso à educação superior alinhada à disponibilização de políticas afirmativas, de inclusão e de assistência e permanência estudantil (Dowbor, 2007; Santos, 2013; Schwartzman, 2014).

No Brasil, as primeiras iniciativas de políticas afirmativas iniciaram-se no estado do Rio de Janeiro, com o advento da Lei n.º 3.524/2000, que estabeleceu uma reserva mínima de 50% das vagas, por curso e por turno, para o ingresso de estudantes de escolas públicas nas universidades estaduais do Rio de Janeiro. Além dessa normativa, a Lei n.º 3.708/2001 determinou a reserva de 40% de vagas para estudantes negros e pardos (Santos, 2006).

Nesse contexto, este estudo apresenta resultados de uma pesquisa exploratório-descritivo, bibliográfico e documental (Gil, 2008), que aborda as políticas de democratização do acesso, afirmativas e de assistência e permanência estudantil na educação superior nos estados da Bahia e do Maranhão, a partir da atuação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), no que se refere à implementação de ações para atender jovens em condições de vulnerabilidade socioeconômica e pertencentes a grupos sociais historicamente excluídos.

Desenvolvimento

No cenário do estado da Bahia, quatro universidades são mantidas: a UEFS, criada em 1970, com sede em Feira de Santana; a *multicampi* Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), de 1980, com sede em Vitória da Conquista e mais dois *campi*; a *multicampi* Universidade do Estado da Bahia (UNEB), de 1983, com sede em Salvador e mais 26 *campi*; e a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), de 1991, com sede em Ilhéus (Boaventura, 2009).

No que se refere à democratização do acesso, a UEFS iniciou com a Resolução do Conselho Universitário (CONSU) nº 34/2006, atualizada pela Resolução CONSU nº 10/2019, considerando vagas e sobrevagas, instituindo-se a reserva de 50% das vagas em cada curso de graduação para quem tenha cursado todo o ensino médio e, pelo menos, quatro anos letivos do ensino fundamental em escola pública, comunitária, de família agrícola, de educação de jovens e adultos, ou de exame de certificação de competência. Dessa reserva, 80% são para candidatos autodeclarados negros e 20% para não negros. Das sobrevagas, estabeleceu-se 5, sendo 3 (1 de cada para indígenas, ciganos e quilombolas), 1 para pessoas com deficiência e 1 para transexuais, travestis ou transgêneros (UEFS, 2019).

A partir do ano de 2019, a UEFS aderiu a 100% da oferta de vagas por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), passando a utilizar essa plataforma nacional como processo seletivo para acesso aos cursos de graduação regulares, assegurando-se os requisitos exigidos nas políticas de ações afirmativas adotadas pela Instituição, conforme Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) nº 04/2018 (UEFS, 2018).

No tocante às políticas de assistência e permanência estudantil, a UEFS tem a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), responsável pelo Programa de Assistência Estudantil (PAE), composto por: duas Residências Universitárias (tradicional e indígena); Restaurante Universitário (em sistema bandeirão); Bolsa Alimentação; Auxílio Residente; Auxílio Permanência; Auxílio Emergencial; apoio psicossocial, pedagógico, clínico e ambulatorial; e apoio às entidades estudantis para ações culturais, desportivas e recreativas (Mota Júnior, 2024).

Além disso, o estado da Bahia, por meio da Lei n.º 13.458/2015 e do Decreto nº 17.191/2016, instituiu o Projeto Estadual de Auxílio Permanência (conhecido como Programa Mais Futuro), referente à oferta de estágios remunerados de nível superior para

estudantes da graduação, em condições de vulnerabilidade socioeconômica (Mota Júnior, 2024).

Já no caso do estado do Maranhão, o governo mantém a *multicampi* UEMA, criada em 1981, com sede em São Luís e mais 19 *campi*, e a Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), criada em 2016, com sede em Imperatriz e mais 2 *campi* (Francischetto et al., 2020).

No que se refere à democratização do acesso, a Lei nº 9.295/2010 instituiu o sistema especial de reserva de vagas na UEMA, em cada concurso de seleção para ingresso nos cursos de graduação, sendo, no mínimo, 10% das para estudantes oriundos de comunidades indígenas e estudantes negros, que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Maranhão, 2010).

A UEMA possui um sistema próprio de seleção de alunos para os cursos de graduação, o Processo Seletivo de Acesso à Educação Superior (PAES), definindo sua realização em duas etapas e com o preenchimento de vagas utilizando-se do sistemas universal (independentemente das condições de reserva de vagas) e sistema especial (10% das vagas para autodeclarados negros ou indígenas e 5% para pessoas com deficiência) (UEMA, 2023).

No que concerne às políticas de assistência e permanência estudantil, a UEMA opera por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (PROEXAE), criada em 2003, também responsável pelas ações extensionistas, atividades extracurriculares e atividades de cultura e esporte. O Programa de Assistência Estudantil da UEMA engloba: Bolsa Permanência; Auxílio Creche; Auxílio Alimentação; Auxílio Moradia; Bolsa de Apoio aos Estudantes com Deficiência; e Auxílio Financeiro para Apresentação de Trabalhos em Eventos. Além disso, a UEMA mantém um Restaurante Universitário, que concede refeições totalmente gratuitas (UEMA, 2024).

Considerações Finais

Este estudo de caso exploratório-descritivo, bibliográfico e documental aborda as políticas públicas de acesso e de assistência e permanência estudantil da educação superior nos estados da Bahia e do Maranhão, no que diz respeito à atuação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), na implementação de ações e políticas afirmativas voltadas para grupos sociais economicamente menos favorecidos e historicamente excluídos.

Dessa forma, este trabalho revela ações importantes para a democratização do acesso à educação superior, no âmbito da UEFS e da UEMA, como a implantação de políticas de reserva de vagas e sobrevagas na graduação, para estudantes autodeclarados negros, oriundos de escolas públicas, bem como para grupos sociais historicamente excluídos, como indígenas, ciganos, quilombolas, pessoas com deficiência e pessoas trans. Além disso, diversas políticas de assistência estudantil foram implementadas de suma importância para a permanência e o sucesso acadêmico, principalmente de jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica e historicamente excluídos.

Por outro lado, este estudo apresenta limitações e não contempla todas as políticas públicas de acesso e permanência estudantil da educação superior no âmbito do Estado da Bahia e do Maranhão. Em função disso, como proposta para futuros estudos, essa metodologia pode ser replicada às outras universidades estaduais baianas e maranhenses ou, até mesmo, adaptada ao contexto de outros estados nordestinos.

Referências

- BOAVENTURA, E. **A construção da universidade baiana: origens, missões e afrodescendência**. Salvador: Edufba, 2009.
- DOWBOR, L. Educação e desenvolvimento local. **IBAM: Revista de Administração Municipal**, ano 52, n. 261, p. 15-30, jan./fev./mar., 2007.
- FRANCISCHETTO, B. et al. Evolução do ensino superior no estado do Maranhão. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 6, p. 34-45, 2020.
- GIL, A. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MOTA JÚNIOR, A. **Gestão universitária em foco: desafios contemporâneos na Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS**. Feira de Santana: Eduefs, 2024.
- SANTOS, B. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- SANTOS, R. Política de cotas raciais na universidade brasileira – o caso da UERJ. *In*: GOMES, N. (org.). **Tempos de lutas: ações afirmativas no contexto brasileiro**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Ministério da Educação, 2006. p. 21-46.
- SCHWARTZMAN, S. A educação superior e os desafios do século XXI: uma introdução. *In*: SCHWARTZMAN, S. (org.). **A educação superior na América Latina e os desafios do século XXI**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 15-46.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. CONSELHOS SUPERIORES. **Resolução CONSEPE nº 04/2018 de 27 de fevereiro de 2018**. Aprova a adesão ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU) como processo seletivo de acesso ao Ensino Superior da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Feira de Santana: UEFS, 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. CONSELHOS SUPERIORES. **Resolução CONSU nº 10/2019 de 7 de novembro de 2019**. Dispõe sobre a reserva de vagas e sobrevagas para os cursos de graduação da UEFS, destinada para grupos historicamente excluídos, realizada através do Processo Seletivo de Acesso ao Ensino Superior. Feira de Santana: UEFS, 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. **Resolução nº 1658/2023 - CEPE-UEMA**. Regulamenta o sistema de preenchimento de vagas dos processos seletivos de acesso aos cursos de graduação da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. São Luís: UEMA, 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. **Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis**. São Luís: UEMA, 2024. Disponível em: <https://www.proexae.uema.br/>. Acesso em: 4 dez. 2024.